

DIFERENTES OLHARES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE TEÓFILO OTONI/MG SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Igor Fernandes de Souza
Marcilene Castellani da Rocha Mathias

RESUMO

A presente pesquisa analisou o “instituto” da educação inclusiva, e a sua realidade teórica e prática, bem como a expectativas, impressões e percepções dos professores da Educação Básica do Município de Teófilo Otoni sobre essa educação inclusiva. Apurou-se ainda acerca da qualificação dos mesmos para o exercício do atendimento educacional especializado para os alunos deficientes. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas estruturadas, por meio de um questionário qualitativo e quantitativo. O material coletado foi submetido a uma análise descritiva sobre a percepção dos participantes. Para tanto, são abordados pertinentes conceitos neste trabalho, sobre a educação inclusiva. Por fim buscou-se identificar o liame que separa a Educação Inclusiva teórica de sua prática, e se esta se mostra possível em nosso atual quadro educacional.

Palavras-chave: alunos; deficiência; educação inclusiva; formação continuada; percepções; professores.

ABSTRACT

This research analyzes the institution of inclusive education, and its theoretical and practical reality, as well as expectations, impressions and perceptions of teachers of Basic Education of the City of Teófilo Otoni about this inclusive education. It was also found on the same qualification for the exercise of specialized educational services for students with disabilities. Data collection was conducted through structured interviews using a questionnaire qualitative and quantitative. The collected material was subjected to a descriptive analysis on the perception of participants. To this end, relevant concepts are discussed in this paper on inclusive education. Finally we sought to identify the bond that separates the Inclusive Education of theoretical practice, and if this proves possible in our current educational situation.

Keywords: students; disabilities; inclusive education, continuing education, perceptions, teachers.

O tema inclusão vem propondo vários debates e discussões nos mais diversos espaços educativos, acompanhados de propostas de ação para a sociedade brasileira, visando, sobretudo propiciar o conhecimento e a consciência da realidade social, educacional e psicológica aos que educam, principalmente, aqueles que têm sob seus cuidados alunos que necessitam de atendimentos especiais, já que a educação é direito de todos os cidadãos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988.

Um dos aspectos mais desafiadores da educação contemporânea é a exigência de um tratamento educacional cuja metodologia surja a partir da vertente dos próprios alunos e dos pais, para que se possa atender às necessidades não só dos que estão dentro dos parâmetros da considerada “normalidade”, mas também dos que apresentam outras demandas em razão de sua realidade pessoal.

Desse pressuposto surge a necessidade de se proporcionar aos professores o conhecimento da realidade dos alunos que precisam de um atendimento educacional diferenciado, para que, por meio de sua prática educativa nas classes das escolas regulares, possam levar adiante a digna tarefa de integração escolar, social e pessoal dos que são vistos como “diferentes”.

A escola constitui um espaço de transformação e interação, que conjuga ideias de políticas educacionais e sociais bem amplas, de forma a garantir os direitos da população. Em razão disso, a implantação de propostas para a educação inclusiva requer um novo olhar, uma prática bem direcionada, pois a educação é só uma, mas requer diferentes ajustes para dar uma resposta à diversidade das crianças e dos adolescentes.

Por meio de metodologias educacionais adequadas, de critérios claros, professores de qualidade e práticas colaborativas, a educação inclusiva pode se tornar realidade, eliminando o lado obscuro da educação - exclusão.

Para isso, a instituição escolar deve estar atenta para a tendência humanística da educação, incentivando a oposição à exclusão de qualquer membro da sociedade, de seu contexto, pois; esta postura conduziu as sociedades a injustiça e segregação de milhares de pessoas, durante longos anos na história da educação.

As pessoas com deficiência eram simplesmente ignoradas e excluídas socialmente, sendo vistas como doentes ou impossibilitadas de ter acesso aos bens culturais e sociais, preferencialmente oferecidos àqueles considerados “normais”.

De acordo com Fonseca (1987, p.11) citado por Neves (2000, p.19) a pessoa com deficiência é uma pessoa com direitos iguais, possuem suas limitações, que podem interferir em seu comportamento, estes que muitas vezes atípicos, uns fortes ou adaptativos e pouco funcionais.

Por se tratar de uma questão de direitos humanos, a educação inclusiva implica a definição de políticas públicas por meio de ações educativas previamente planejadas e avaliadas.

Hoje não se entende mais que os deficientes devem se adaptar à sociedade, ao contrário, é a sociedade que tem que planejar e oferecer meios sobre os quais as pessoas com deficiência possam vencer as barreiras físicas, sociais e de aprendizagem, tornando-se membros participativos dos processos educativos.

Ao longo dos anos se tem refletido sobre quais seriam as posturas corretas para trabalhar essa inclusão, bem como quais seriam os possíveis caminhos para atingir essa meta. Nesse contexto, e segundo a Política de Educação Inclusiva para o Estado do Paraná (2000), a educação inclusiva não é algo fácil de ser resolvida na prática, mesmo que educadores, familiares e comunidade busquem a escola de melhor qualidade para todos.

Na escola, projeta-se uma imagem que toda a sociedade tem a responsabilidade de incluir esse indivíduo ao seu meio, no entanto, a inclusão necessita de suporte e recursos necessários para propiciar o pleno desenvolvimento do indivíduo, em todos os níveis de conhecimento.

Em tese, uma escola inclusiva é aquela que em seu interior constrói práticas metodológicas, as quais não excluem nenhum aluno, principalmente aqueles que já carregam consigo um histórico de preconceito e exclusão. Sabe-se, no entanto, que isso não corresponde à realidade das escolas, muitas das quais resistem diante da ideia de trabalhar com alunos “diferentes”.

Entende-se que uma escola inclusiva deverá ter como fundamento o critério de que todas as crianças e adolescentes deverão aprender juntos, independentemente de quaisquer necessidades e dificuldades que possam apresentar. Para tanto, é necessário que a educação inclusiva, além de vivenciada, seja transpirada cotidianamente pela sociedade.

Para Werneck (2007) a inclusão educacional requer mudanças do espaço escolar, pois defende a inserção de alunos com quaisquer déficits e necessidades no ensino regular, a inclusão exige rupturas e cabe à escola se adaptar às necessidades dos alunos e não aos alunos se adaptarem ao modelo da escola.

Do conhecimento da realidade de nossas escolas no tocante à inclusão dos alunos deficientes, nasceu nosso interesse de investigar mais a fundo acerca dessa questão, já que como futuros educadores, deveremos estar respaldados por condições que nos permitam dar um tratamento mais digno e humano a esses alunos.

Portanto, a proposta deste trabalho é analisar as diferentes expectativas e percepções dos professores da educação básica de

Teófilo Otoni-MG sobre a educação inclusiva. Tendo como objetivos específicos;

- Identificar se as escolas possuem professores de apoio para o aluno deficiente;
- Verificar se nas escolas pesquisadas os professores possuem qualificação profissional para atender os alunos deficientes;
- Examinar como ocorre o financiamento de cursos e/ou programas de capacitação para os profissionais da Educação;
- Descrever as propostas educacionais para a educação inclusiva, por intermédio dos conceitos dos profissionais.

Nesse contexto, consideramos este estudo relevante e pertinente pelo fato de propiciar a busca de conhecimento sobre a percepção dos docentes da educação básica diante do processo de inclusão educacional, bem como atentar a sociedade sobre a importância da qualificação deles para o exercício do atendimento educacional especializado para o aluno deficiente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ASPECTOS FILOSÓFICOS, HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Pretende-se demonstrar neste tópico uma breve trajetória da Educação Inclusiva, para tanto será feita essa análise em uma linha de tempo que, podemos perceber que há muitos progressos, entretanto, demarcada por lutas na conquista pela universalização do acesso escolar em níveis nacional e local, isso garantido no último texto constitucional do Brasil (Constituição Federal de 1988), reafirmando a educação como um direito de todos, definindo a quem cabe a responsabilidade por sua promoção e incentivo, estabelecendo seus fins bem como leis e declarações universais, que garantam acesso escolar das pessoas com deficiência como veremos a seguir.

A partir disso, podemos dizer que a educação inclusiva já não pode ser vista como a educação de um tipo de aluno, mas entendida como um conjunto de recursos pessoais e materiais colocados à disposição do sistema educacional, para que este possa responder adequadamente às necessidades que, de forma transitória ou permanente, algum aluno possa apresentar.

Deve-se ressaltar que na Antiguidade, as crianças com deficiência, independentemente de quaisquer que fossem as suas especificidades, eram consideradas como pessoas castigadas e rejeitadas pelos seus Deuses; posteriormente, não eram legitimadas como filhos pelas suas famílias.

Com efeito, Platão e Aristóteles, com toda clareza, já defendiam a ideia de eliminar as crianças fracas, (...) nas cidades de Atenas e em Esparta havia uma lei que não apenas defendia como também fomentava o genocídio de crianças com deficiência. Beyer (2005 p. 13).

Ainda nessa linha, Martin Luther (1483-1546), o reformador protestante, aconselhava que se matassem as assim denominadas “crianças monstros”. Beyer (2005 p. 13).

Mais tarde, esclarece Padilha (2009 p.1), já com a emancipação do Cristianismo, a pessoa deficiência passa a ser reconhecida como alguém que tem alma, nesse momento a igreja incentiva a caridade e a piedade com os anormais, preservando-lhes o direito à vida.

As causas da excepcionalidade estavam ligadas a crença de pagamento de pecados, contudo, a participação da vida em sociedade ainda não era permitida, as pessoas com deficiência, pois deveriam permanecer segregadas em mosteiros e instituições, à margem do processo social.

Essa marginalização conduziu a sociedade a retrocessos, constituindo barreiras no processo de inclusão tanto em seu aspecto social quanto educacional.

Diante dos fatos, Nunes (2010 p.9) (...) após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que pessoas voltavam mutiladas para casa, a sociedade começou a mudar seus conceitos em relação à deficiência física, passando a envolver-se mais com o indivíduo, este foi um importante ponto no processo para aceitação de pessoas deficientes pela sociedade.

Ocorre que, após o advento desse marco histórico, a inclusão torna-se mais importante em nosso mundialmente posteriormente em nosso país, sendo que esta inspiração foi provida das experiências norte- americanas e europeias. Mazotta (2001) citado por Silva 2006.

Em seguida, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p.1) intensifica este trabalho, conforme se observa do trecho abaixo:

(...) Em nosso país o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no aten-

dimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff

De acordo com Albuquerque (2009), entre 1854 a 1956 surgiram às escolas especiais, com ênfase no atendimento clínico especializado; com isso a pessoa com deficiência ganha maior espaço social, porém, à margem da sociedade dominante, devido à segregação que ainda acontecia.

Segundo Mazotta (1996) citado por Keller (2010 p.30) em 1942, cerca de quarenta escolas públicas regulares atendiam de alguma forma os alunos chamados de excepcionais.

Em 1961, várias campanhas para o atendimento educacional às pessoas com deficiência passaram a ser introduzidas e fundamentadas pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A partir dessa data a educação especial, passa sob uma evolução no que diz respeito à sua implantação social, garantida como direito de todos os cidadãos, sendo reconhecida como uma modalidade de educação escolar que pudesse garantir serviços educacionais especializados, nos quais se caminhou em direção às modificações das próprias instituições sociais e escolares, com intuito de atender aos diferentes sujeitos e suas necessidades, apoiando e substituindo a modalidade de educação regular.

Para Santos (2001), a Educação Especial baseia-se em uma reformulação de metodologias específicas de comportamentos, supondo técnicas especiais para que as crianças atinjam um nível normal de desenvolvimento, para isso é importante ressaltar que educação especial não é sinônima de educação inclusiva.

Albuquerque (2007 p.29) acrescenta que foi a partir da década de 1970 que se iniciou um processo de centralização administrativa e de coordenação de políticas, por parte do Governo Federal, visando garantir os direitos das pessoas com deficiência.

Mais tarde, na década de 90, a mídia exerceu um grande papel, a partir de veiculações de matérias e artigos nos quais relatavam a participação social do deficiente. Nesse mesmo ano, na Conferência Mundial sobre a educação para todos, em Jomtien na Tailândia, surgem os primeiros indícios da educação inclusiva, e as primeiras ações governamentais a seu favor, reafirmando o compromisso de inclusão da pessoa com deficiência à escola regular.

Contudo, as escolas já começam a ser frequentadas por alunos deficientes, provocando uma discussão por parte do governo sobre a efetividade da educação inclusiva nas classes comuns, sendo que as escolas não ofereciam recursos necessários para atender adequadamente essa diversidade de alunos.

É importante destacar o êxito da Declaração de Salamanca (UNESCO 1994) para a evolução e implantação da educação inclusiva, ela exterminou a educação especial definitivamente, defendendo assim a Educação Inclusiva, afirmando que a mesma consistia em um processo contínuo de melhoria da escola, com fins de utilizar todos os recursos disponíveis, para combater atitudes discriminatórias e promover a construção de um ensino acolhedor e inclusivo, como princípio fundamental “Educação para Todos” e que todos devem aprender juntos independentemente de suas necessidades.

No ano de 2001, a Educação inclusiva, mais uma vez, é reafirmada por meio do Decreto Presidencial nº 3.956/2001, favorável a essa proposta e intensificando a quebra do sistema educacional excludente.

Dentre essas fases e rupturas, conclui-se que a educação inclusiva é marcada por períodos de mudanças e retrocessos, nos quais diferentes interesses são saciados por meio da participação de governos, sociedade civil, mídia, empresas e principalmente das instituições educacionais.

Nessa mesma proposta, Keller (2010 p. 16) defende a Educação Inclusiva como sendo aquela que consolida um novo paradigma educacional de construção de uma sociedade aberta para todos, para a diversidade, para a solidariedade e para a cooperação.

Denota-se, pois, que a Educação Inclusiva trata-se de um processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola regular e na sociedade, fundamentada em princípios éticos e de universalização, acesso e permanência.

Infelizmente, ainda temos algumas barreiras que impedem a progressão da Educação Inclusiva, tais como; ambientais, por falta de condições adequadas dos espaços escolares, para que todos os alunos possam ter o direito de frequentá-las; a qualificação profissional dos professores ainda deixa muito a desejar, o que acaba por ser um dos pontos mais críticos, visto que o professor qualificado é fundamental para o processo inclusivo, e somente este profissional especializado pode atender a essa nova demanda de aluno, de forma que todos possam permanecer em salas regulares, enfatizando a integração social destes alunos.

Em síntese, o que se nota é a ausência de investimento desde a educação de base ao ensino superior, o que acaba por refletir tanto na ineficiência, tanto da estrutura física das escolas quanto da formação continuada dos educadores.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O atendimento educacional refere-se a serviços prestados em nossas escolas e/ou em centros de apoio, com fins voltados à aquisição de conhecimentos e às necessidades educativas dos alunos.

Nesse contexto, Rocha (2009), afirma que “ao analisarmos minuciosamente o termo “atendimento educacional especializado”, o Dicionário Aurélio o conceitua como dar ou prestar atenção, atentar, observar, acolher com atenção ou cortesia, tomar em consideração; já o termo especializado significa particularizado, singularizado, trabalho profissional ligado a uma habilidade ou interesse particular de cada um.”

Esse mesmo entendimento é partilhado por Carvalho (2007 p. 67) citado por Rocha (2009, p.32)

Com esses significados podemos considerar o atendimento especializado tanto do ponto de vista de quem o oferece – o profissional que se especializa – como do ponto de vista do sujeito que o recebe e que, como indivíduo, é um ser particular, singular em seus interesses, em suas características pessoais e sociais. Servem como exemplos – no caso dos profissionais – os professores que se especializam para trabalhar em educação infantil; no Ensino Fundamental de primeira a quarta séries; na educação de jovens e adultos ou no atendimento a cegos, surdos, com paralisia cerebral, com autismo... E, no caso dos sujeitos que recebem o atendimento educacional especializado eles são os próprios aprendizes, valorizados em suas particularidades.

A escola regular, que recebe alunos deficientes, deverá dispor alguns suportes a eles, desde sala de recursos, equipada com material didático pedagógico, bem como professor-apoio nas salas de aulas, esse que tem a função de acompanhar o aluno com deficiência e auxiliar o professor regente em seu trabalho pedagógico. Entretanto, muitas vezes, esses profissionais de apoio não possuem qualificação adequada para atendimento ao aluno com deficiência, o que muitas vezes retarda o processo de inclusão.

Essas propostas educacionais estão regulamentadas no estado de Minas Gerais, pela resolução nº 213/75, pelo parecer nº 212/75 e pela instrução do Estado da Educação nº 001/1992, estabelecendo que o sistema estadual de ensino deverá incentivar a organização de centros e serviços para a educação inclusiva.

Os serviços de apoio se concretizam, na criação de salas de recursos em escolas regulares ou centros de apoio, visando à complementação e o apoio ao trabalho realizado na sala de aula do ensino regular, a qual o atendimento deverá ser em horário extra, ou seja, fora do horário das aulas.

Dentre a estruturação das práticas educacionais, é relevante destacar que deverão ocorrer mudanças na construção do Projeto Político Pedagógico de nossas escolas, pois geralmente a educação inclusiva é tratada de forma parcial nos projetos desenvolvidos, uma vez que, ao depararmos com alunos que possuem necessidades educativas diferenciadas dos demais, a metodologia e as ações dos educadores devem também atentar a essa diferença.

Não obstante, de que forma a escola regular conseguirá atender o aluno deficiente sem discriminá-lo? Ao separá-lo e tratá-lo de maneira diferente dos demais, chama a atenção para as suas diferenças, ou seja, a escola não consegue atender o aluno deficiente de modo que possa elevar a sua autoestima e proporcionar ao mesmo tempo avanço na sua aprendizagem.

Borges afirma (2010 p. 226) que “a escola não se encontra preparada quanto aos recursos físicos, materiais e humanos”. Diante deste impasse, o atendimento educacional especializado não deverá se restringir apenas aos alunos deficientes.

Por sua vez Cornélio, Silva (2009 p.7) afirma que “(...) os professores da rede regular de ensino em sua quase totalidade, não estão preparados para lidar com esta nova fase da educação brasileira”.

Na verdade, percebemos que há uma compreensão equivocada do verdadeiro sentido de inclusão, para que a mesma ocorra de forma transparente, primeiramente é necessário que haja respeito à diversidade, e conseqüentemente, que os docentes sejam capacitados para o exercício desse atendimento; e essa capacitação não deverá excluir ou selecionar nenhum professor que venha a recebê-la já que a meta da inclusão é a participação de todos no processo educacional inclusivo.

Entretanto, essa inclusão está acontecendo de forma errônea, tendo em vista que é preciso que as escolas entendam a ausência de habilidades necessárias a uma boa convivência social, ou respostas inadequadas que certos alunos apresentam não podem ser explicadas apenas pela presença de elemento estranho que tenha dificultado sua inserção natural, mas porque fatores ligados aos planos biológicos, psíquicos, afetivos, sociais, culturais que não permitiram que esses alunos aprendessem aquilo que a sociedade exige e espera de todos os seus membros.

Sendo assim, minimizar ou corrigir essa distorção requer compromisso de todos e, em especial, da escola, a quem cabe a tarefa de cobrar recursos e meios para que seu trabalho seja fato transformador.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação é premissa fundamental para o desenvolvimento político, econômico e social de um país, mostrando-se necessária a análise dos desafios enfrentados, para inclusão de pessoas com deficiências em nossas escolas.

Ressalva-se, que, de acordo com Santos (2010) (...) a Educação Inclusiva na prática enfrenta inúmeros desafios, e em muitos momentos estamos apenas inserindo pessoas no meio social e não incluindo de forma participativa, os alunos com deficiência, sendo que estes não conseguem acompanhar o ritmo da sala de aula, e ficam apenas como alunos ouvintes e não participativos (...).

Diante de tais considerações, torna-se possível constatar que os direitos e oportunidades nunca são iguais para todas as pes-

soas, não obstante, essa desigualdade se acentue ainda mais para as pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a Educação Inclusiva mostra-se como uma ferramenta imprescindível para diminuir essa desigualdade, preparando os alunos com deficiência e inserindo-os na sociedade.

Todavia, alguns dos maiores desafios à Educação Inclusiva, conforme já abordado em tópico retro, é a falta de qualificação dos educadores, acessibilidade escolar, recursos didáticos, professores de apoio devidamente qualificados e outros frente a esta proposta.

Sobre a qualificação dos profissionais, ressalva-se, que não só depende dos professores, e sim, da sociedade e das políticas educacionais, uma vez que esses profissionais não obtiveram formação específica para atuarem com a diversidade.

Nas palavras de Guimarães & Osório, (2007, p. 37) citado por Taveira (2008, p.22):

Neste sentido, o modelo de escolarização brasileira sempre foi pautado por um aluno padrão, regulado e normatizado, em princípios de uma pedagogia discriminatória, segregativa e excludente. O surgimento de novos personagens, entre estes, aqueles que apresentam deficiência, impôs novas realidades históricas que desafiam o pensamento e redimensionam as reflexões sobre a sociedade, ampliando significativamente as possibilidades de rever as práticas sociais exercidas.

No entanto, percebe-se que a educação inclusiva, só se efetiva verdadeiramente, quando, se oferece atendimento educacional adequado às crianças e adolescentes que apresentam algum tipo de deficiência física, psíquica ou sensorial, ou que estão em situação de risco social ou de desvantagem por fatores de origem social, econômica ou cultural, que os impedem de acompanhar o ritmo do processo de ensino e aprendizagem.

Ademais, torna-se necessário o maior número de professores ou especialistas, a ampliação do material didático, a eliminação de barreiras arquitetônicas, à adaptação das dependências às necessidades, criação de novas formas de organização escolar e utilização de novas metodologias, além de outros recursos.

Também não se pode olvidar que a sociedade acredita que se inserirmos os alunos deficientes em salas regulares, eles poderão progredir a partir das vivências com outros indivíduos, entretanto, a realidade é oposta. Com efeito, fazer a inclusão desses alunos é uma prática fácil, difícil mesmo é oferecer atendimento educacional de qualidade, por meio de professores e escolas preparados para receber esses alunos, ou seja, o aluno deficiente estará em sala de aula, mas não conseguirá dominar as habilidades e competências necessárias que se espera sem os recursos devidos e conseqüentemente acabará desmotivado de frequentar as aulas.

O problema da inclusão está além de sua aplicação, há de considerar também a questão dos preconceitos, costumes e valores éticos, estabelecidos pela elite social, constituindo a inclusão como uma das tarefas mais difíceis no campo da educação, devido até mesmo ao descrédito concebido a ela, pelos próprios profissionais envolvidos na área, por não mais acreditarem em novos progressos.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.13), “o planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas, em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, por intermédio das escolas públicas e privadas”.

Diante desse contexto apresentado, entende-se que uma escola inclusiva terá por função promover a convivência entre todos os indivíduos, alunos normais e deficientes por meio de um projeto político pedagógico adequado, currículo adaptado às diversidades, e uma gestão escolar estratégica, contudo, não é obrigação somente dela administrar esta tarefa, a sociedade deve pôr em prática o que está previsto em diversos documentos legislativos estabelecendo o direito à educação de qualidade à pessoa com deficiência, pois esta questão não é só um problema educacional, mas também ético, político e social, sendo que esta nova modalidade de educação desafia estes valores interligados a todos os órgãos sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) determina que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, destacando-se aqui a norma insculpida em seu artigo 59, inciso I e parágrafo único:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais. I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Parágrafo único. O poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Ainda nessa perspectiva, de acordo com Keller (2010, p. 16) “A Educação é vista como sendo a chave do desenvolvimento econômico e social. A justiça e a solidariedade devem dar-se as mãos fraternalmente, devem ocupar o processo da educação para configurar uma sociedade autêntica e humana, na qual cada um, seguindo as suas possibilidades, pratique o dever e o direito de dar sua contribuição para o crescimento de todos. A ausência desses valores tornará a educação opressora e discriminatória”.

Constata-se que são diversos os desafios acerca da referida polêmica, e em cada Região de nosso país temos particularidades, entretanto um ponto em comum, a precariedade de um sistema educacional.

INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO

A educação na atualidade tem caminhado em busca de uma escola democrática, o que está claro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira.

De fato, a educação busca o respeito às diferenças, à individualidade e às limitações do educando, bem como a valorização do potencial de cada um e da cultura de cada comunidade.

A integração e a inclusão, tanto em seus aspectos sociais como educacionais, são questões amplamente discutidas e apregoadas por políticos, educadores e socialistas. É sabido que a educação é o caminho para a superação das desigualdades sociais, econômicas e intelectuais.

Para tanto, no processo educacional deve-se ter uma visão total do educando, não podendo este ser visto só como uma “mente pensante”, mas como um ser biopsicossocial.

A educação no geral não é um processo simples, pois a mesma exige dos educadores seriedade e compromisso, as dificuldades dos alunos não podem ser tratadas de forma generalizada, pois a inclusão educacional necessita de atenção redobrada e de um olhar diferenciado dos educadores, cada indivíduo é único, para tanto é necessário definirmos primeiramente os termos “integração e inclusão”.

Sendo assim, de acordo com Glat e Duque (2003) citado por Taveira (2008, p. 20), discutem a distinção destas duas propostas educacionais da seguinte forma:

Tecnicamente, integração e inclusão são duas propostas educacionais distintas. Na primeira, os alunos com necessidades especiais (geralmente oriundos do ensino especial) são integrados em classes regulares ou na sala regular na medida em que demonstrem condições para acompanhar a turma, recebendo atendimento paralelo na sala de recursos. Na segunda, esses alunos, independente do tipo ou grau de comprometimento, devem ser incluídos diretamente no ensino regular, cabendo à escola se adaptar para atender às suas necessidades na própria classe regular. (p. 70)

Para Sasaki (1997 p.29), citado por Souza (2006, p.25) tanto a integração como a inclusão constituem formas de inserção.

A parte da integração, principalmente nas décadas de sessenta e setenta estava baseada no modelo médico da deficiência, tínhamos que modificar (habilitar, reabilitar) a pessoa com deficiência para torná-la apta a satisfazer os padrões estabelecidos pela sociedade, e aceitos no meio social (familiar escolar, recreativo e ambiental).

Diante dos fatos apresentados pelos autores acima percebe-se que a educação inclusiva vai além da aplicabilidade escolar, ela transpõe as práticas pedagógicas, não só centrada nos alunos deficientes, mas em todos dentro do contexto educacional.

Segundo Santos (2001) em uma “escola inclusiva, as crianças com necessidades educacionais devem receber todo apoio extra para garantir sua educação eficaz”. A escolarização inclusiva é o meio mais eficaz para se formar solidariedade entre crianças com deficiências e seus colegas.

Ora, é irônico falar em inclusão educacional de alunos com deficiência e não oferecer as necessárias condições para que eles de fato possam atuar na sociedade. Destaca-se aqui, aliás, o princípio constitucional da isonomia, segundo o qual, deve-se tratar os iguais de forma igual, e os desiguais de forma desigual na medida de suas desigualdades, isto é, mostra-se necessário oferecer aos alunos deficientes um tratamento qualificado e diferenciado para que eles possam ter as mesmas oportunidades dos demais alunos.

Acerca da educação diferenciada oferecida aos alunos deficientes, Mazzotta (1996) enfoca que, historicamente, as experiências educacionais no campo em apreço, mostram, prioritariamente, a atuação de determinados setores da sociedade civil, tais como os referentes aos religiosos, aos filantropos e às ONGS (Organizações Não Governamentais), que, geralmente, trabalham com a educação para os portadores de necessidades especiais, em uma dimensão segregacionista, assistencialista e terapêutica. As políticas para a educação especial, iniciadas no país a partir de 1854, vêm sendo marcadas por medidas pontuais, fragmentadas, que denotam o descaso para com essa modalidade de ensino. Além disso, deve-se ressaltar, que elas, geralmente, possuem caráter marcadamente discriminatório.

A educação voltada para o âmbito inclusivo depende não só da capacidade do sistema escolar em buscar soluções para o desafio da inclusão, como também do desejo de fazer tudo para que nenhum aluno seja novamente excluído com base em alguma necessidade educacional.

Atualmente, no Brasil, tem-se investido muito pouco na Educação, as políticas governamentais não têm valorizado o profissio-

nal de forma adequada, e por se tratar de um país com alto nível de desigualdade social, os resultados são alarmantes.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas em 1948, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Hoje, quase 65 anos após a criação desse documento, ainda existem milhões de pessoas deficientes cujos direitos estão sendo violentados quotidianamente, sem que nada seja feito para remediar essa prática.

Segundo o relatório da ONU (Organização das Nações Unidas), divulgado em julho de 2010, o nosso país aparece com o terceiro pior índice de desigualdade no mundo, além do alto índice de pobreza, ficando atrás apenas de países muito menores e com menos riscos, como o Haiti, Madagascar, Camarões, Tailândia e África do Sul.

Para Oliveira, Amaral (s/d p.4) “no Brasil, os investimentos na implantação de serviços e programas de atendimento às necessidades individuais e específicas da coletividade têm sido insuficientes e inadequadas”.

Percebemos que foi constituída assim a necessidade de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação, escolas que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades.

Torna-se evidente a importância de uma definição de novas alternativas e práticas pedagógicas para favorecimento dos alunos, gerando uma atualização e desenvolvimento de conceitos e metodologias educacionais compatíveis com o desafio da inclusão.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Por se tratar de campo muito amplo, diversos estudos e pesquisas são realizados sobre formação continuada de nossos professores, tendo como tentativa a compreensão da relação entre os investimentos educacionais por parte do poder público.

Nas últimas décadas, a formação de professores, segundo Pimenta, Garrido e Moura (2001), citado por Zanini (2007, pag.47) passa por umas mudanças com relação aos saberes, entre eles: saberes de uma prática reflexiva, saberes de uma teoria especializada, saberes de uma militância pedagógica.

Essas práticas educativas constituem outros caminhos acerca da referida polêmica, ao qual é necessário a (re)construção de novos saberes por parte dos professores, a partir da compreensão das necessidades dos educandos.

Ademais, é necessário respeitar alguns aspectos como, as diversas ideologias, concepções, práticas culturais, políticas educacionais implantadas.

O desafio atual de acordo com Nóvoa (1992, pag. 27), citado por Rivas, et al. (2007), “é a valorização de paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas”

Ressalva-se que, em se tratando dos mais diversos cursos de formação de professores, as chamadas licenciaturas, é possível pautar alguns aspectos entre a teoria e a prática no processo de aprendizagem, bastante discutidos nos anos de 80 e 90. Denota-se que os cursos superiores de formação de professores contemplam de uma forma muito simplória a educação inclusiva, ou simplesmente não trabalham essa parte, comumente intensificam mais a teoria centrada no aluno considerado “normal” do que a prática ao qual é vivenciada em sala de aula, muito mais diversificada.

Em concordância com a lógica acima, afirma Bruno (2007) “as reflexões e estudos realizados indicam a necessidade de incluir na agenda dos cursos de formação de professores, a discussão sobre como articular os conhecimentos, os fundamentos e práticas de educação inclusiva na grade curricular e no projeto pedagógico dos cursos do ensino superior”.

Ainda nesta perspectiva Miranda (2003) citado por Bruno (2007. P.66) nos alerta que para que isso ocorra:

A formação do professor, tanto inicial quanto permanente, deve responder ao novo perfil de professor que se caracteriza por sua função em valorar e eleger entre a diversidade de alternativas pedagógicas aquelas que lhe pareça mais adequada à realidade da escola e da aula. Não se trata de um mero executor do que outros decidem. Os planos de formação docente não devem unicamente centrar-se nos cursos nos quais se transmitam conteúdos específicos, mas oferecer tempo, espaço e condições que permitam que o professor possa avaliar sua experiência e sua prática diária e deduzir as mudanças necessárias em sua programação. Dessa forma, a formação permanente do professor é basicamente um processo de reflexão sobre a prática, considerando a escola como unidade privilegiada de formação.

Introduzidas na escola regular as crianças, adolescentes e jovens deficientes necessitam de todo apoio necessário para poderem assimilar os conhecimentos transmitidos pelos professores, entretanto, como esse profissional poderá atender a essa diversidade sem a devida qualificação?

Ora, considerando a diversidade citada acima, mostra-se imprescindível oferecer cursos de capacitação específicos para cada deficiência conforme determina a LDB (9394/96), do contrário, os alunos que se encontram nessas situações, inclusos ao sistema educacional, não terão as mesmas oportunidades e direitos dos demais alunos.

Nesse contexto, o governo também deve atuar no sentido de fomentar a capacitação qualificada desses profissionais, oferecendo cursos de formação a esses profissionais, bem como melhorando as estruturas físicas para que as escolas possam receber

esses alunos.

Diante dos fatos apresentados, primeiramente é necessário que haja aceitação do que realmente é preciso para a educação inclusiva, por parte do governo, sendo que este deve entender algumas considerações conforme, sugestões do SEESP/MEC (BRASIL, 1.994 c, p.28a) que se seguem:

- Conscientização da comunidade por meio de grande divulgação, que é direito das pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência a frequentar a sala de aula;
- Orientações dentro da comunidade escolar (diretores, coordenadores, professores e as equipes administrativa e dos serviços gerais) de se criar um ambiente favorável para o portador que será incluso;
- Seja criado um órgão responsável dentro da Secretaria Municipal responsável pelo programa da educação especial;
- Capacitar todos os profissionais da escola de forma que possam atender da melhor forma possível estes alunos com N.E. E;
- Haja sempre um levantamento para saber quantos estão sendo atendidos pela rede;
- Faça – se um mapeamento sobre os equipamentos mobiliários e pedagógicos que atendem os alunos;
- Normatização do atendimento educacional pelo conselho municipal de educação;
- Solicitação de recursos técnicos e financeiros junto ao governo federal.

Contudo, a par dessas complexidades, verifica-se que é necessária a ampliação de novos horizontes frente à educação inclusiva, mostrando-se indispensável à parceria entre educadores; governo e sociedade, com fins de oferecer os mesmos direitos a todos.

MÉTODOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram coletados entre o período de 12 a 20 de maio do ano de 2011, em escolas da zona urbana da cidade de Teófilo Otoni/MG.

Essas escolas estão localizadas em diferentes regiões, tanto na área central como em bairros, constituindo assim uma amostra representativa do universo total de escolas de ensino fundamental da cidade de Teófilo Otoni-MG.

Da amostra pesquisada (57) pessoas, 7% dos professores eram do sexo masculino e 93% eram do sexo feminino; a faixa etária variou de 20 a 55 anos. Ressalva-se, por oportuno, que foram aplicados 95 (noventa e cinco) questionários e cinquenta e sete (57) foram devolvidos pelos profissionais que fizeram parte da amostra de professores, sendo estes das escolas da rede municipal de ensino de Teófilo Otoni, foram encontradas algumas situações gerais a respeito da inclusão, sobre as quais foram utilizadas como ponto de partida para essa análise.

Conforme já salientado, aplicou-se o questionário aos professores no qual todos os sujeitos participantes assinaram o “termo de Consentimento Livre e Esclarecido”

Gráfico 1. Pergunta 1 - Você tem ou já teve experiência com alunos com deficientes(s)?



Fonte: Maio de 2011. Questionário aplicado aos professores

A pergunta um (1) buscou identificar qual seria o percentual de professores que já trabalharam ou trabalham com alunos deficientes. Com relação a este último percentual, destaca-se que a maior parte dos professores informou que essa experiência teria se dado com um único aluno deficiente em sala de aula, já os professores que trabalham na sala de recurso afirmaram ter contato com uma maior quantidade de alunos deficientes, em decorrência do próprio atendimento que as mesmas prestam.

Gráfico 2. Pergunta 2: Possui formação para atendimento de alunos deficientes?



Fonte: Maio de 2011. Questionário aplicado aos professores

A segunda pergunta procurou identificar o número de professores que possuem alguma formação qualificada para atendimento de alunos deficientes.

Salienta-se, de início, que 23% dos professores afirmaram possuir cursos de qualificação, enquanto que a maioria, isto é, 77% dos professores, revelaram não possuir qualquer curso para o atendimento de aluno deficiente.

A respeito da capacitação de professores para o atendimento a alunos com deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em seu art. 59, identifica dois perfis de professores que deverão ser capacitados, quais sejam os professores de classe comum capacitados e os professores especializados em educação especial, senão vejamos:

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: (...)

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (...) (Grifos do autor).

Por sua vez, Bueno (1999) aponta quatro desafios que a prática da educação inclusiva comina à capacitação dos professores: formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o “saber” como o “saber fazer” pedagógico; formação que possibilite dar conta das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular; formação específica sobre características, necessidades e procedimentos pedagógicos para as diferentes áreas de deficiência.

Conclui-se, dessa forma, que muito embora a capacitação dos educadores seja um requisito imprescindível para a prática da educação inclusiva, a realidade educacional de hoje mostra que somente uma pequena parte desses profissionais possui essa capacitação.

Gráfico 3. Pergunta 3: Tem oportunidade(s) de capacitar-se em curso(s) e/ou programa(s) voltado(s) para a Educação Inclusiva?



Fonte: Maio de 2011. Questionário aplicado aos professores

A terceira pergunta buscou identificar se os professores têm a oportunidade de se capacitarem em cursos ou programas voltados para Educação Inclusiva.

Assim, da análise gráfica se chega ao seguinte resultado: 33% dos professores informaram não possuir a oportunidade de capacitação, enquanto que 67% dos professores afirmaram possuir, sendo que grande parte destes últimos informaram que muito embora possuam a oportunidade, a participação em tais cursos restaria prejudicada devido ao excesso de trabalho.

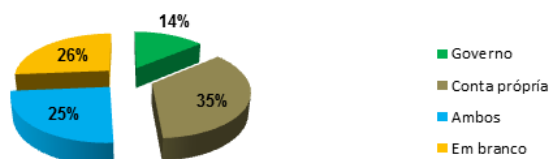
Não obstante as respostas apresentadas, precisa-se ressaltar que o educador deve se conscientizar da importância dos cursos de capacitação, ou até mesmo programas de especialização, para a efetivação de seu trabalho.

Nesse contexto, o documento Educação Inclusiva – Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental, MEC (1996), concebe a importância do atendimento educacional especializado, nos seguintes termos:

“(…) O atendimento educacional especializado garante a inclusão escolar de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de

conhecimentos, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim tudo que difere dos currículos acadêmicos que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns. Ele é necessário e mesmo imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras que certos conhecimentos, linguagens, recursos representam para que os alunos com deficiência possam aprender nas salas de aulas comuns do ensino regular. Portanto, esse atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite ao aluno adaptar-se às exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular. (...)”

Gráfico 4. Pergunta 4: Como ocorre o financiamento destes cursos?



Fonte: Maio de 2011. Questionário aplicado aos professores

A quarta pergunta procurou aferir de onde vem o financiamento dos cursos de capacitação oferecidos aos professores.

De acordo com as respostas apresentadas, constatou-se que 35% dos professores financiaram o curso de formação continuada voltada para a Educação Inclusiva por conta própria; 25% obtiveram seus cursos financiados parcialmente pelo governo; 26% dos professores responderam não possuírem qualificação voltada para essa área e; 14% afirmaram que seus cursos foram financiados integralmente pelo governo.

Com relação aos cursos que devem ser oferecidos aos educadores, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) se mostram como um inegável avanço na medida em que responsabiliza a União, os Estados e Municípios quanto à formação continuada de professores, além de advertirem acerca da necessidade de aprofundamento de estudos por meio de cursos de especialização.

Noutro prisma, não se pode ainda deixar de ressaltar a absurda contradição encontrada a partir da contraposição das respostas apresentadas às questões três e quatro. Com efeito, observa-se que no quarto gráfico 74% dos professores afirmaram ter seus cursos financiados ou pelo governo ou por conta própria. Entretanto, em resposta à terceira pergunta, e em evidente contradição, apenas 67% dos professores responderam possuir oportunidade para participar de algum curso de formação qualificada para a educação inclusiva.

Pergunta 5: O que você entende por Educação Inclusiva?

Professor 1: “Entendo que deva haver uma efetiva integração entre os alunos existindo uma troca de experiência e a mútua construção do saber sistematizado”.

Professor 2: “Uma educação que enxerga as possibilidades de todos, indistintamente, além de viabilizar meios de potencializá-los ainda mais para serem verdadeiros cidadãos”.

Professor 3: “Seria a garantia de igualdade nas oportunidades para pessoas portadoras de necessidades especiais, o que realmente não está ocorrendo, pois a grande maioria dos educadores é leiga no assunto”

Professor 4: “É uma educação em que alunos deficientes aprendam, socializem e possam futuramente ter certa independência exercendo seu papel de cidadão”.

Professor 5: “Educação Inclusiva não é apenas o aluno estar dentro da sala da escola, mas fazer parte dela, tendo suas diferenças respeitadas.”

Observa-se que a quinta pergunta procura questionar o professor sobre o que ele entende ser a educação inclusiva. Por se tratar de uma questão qualitativa, obtivemos várias respostas em relação aos seus entendimentos, das quais foram descartadas 16% pelo fato dos participantes não terem atendido à pergunta. Assim, foram selecionadas cinco (5) repostas aleatórias de cinco professores, conforme destacadas acima, para uma maior ênfase da problemática.

Ressalva-se que o documento Educação Inclusiva - Atendimento Educacional Especializado, MEC (2005), idealiza o atendimento educacional especializado, “antes denominado Educação Especial, como um complemento da educação geral”, da seguinte forma:

“(…) É um direito de todos os alunos que necessitam de uma complementação e precisa ser aceito por seus pais ou responsáveis e ou pelo próprio aluno. O atendimento educacional especializado deve ser oferecido em horários distintos das aulas da escola comum, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais. As ações do atendimento educacional são definidas conforme o tipo da deficiência. (...)”

Todavia, por meio da análise detalhada feita aos questionários respondidos pelos professores, constatou-se que muitos deles ainda desconhecem o que realmente significa “Educação Inclusiva”, a maioria afirmou que se trata de uma modalidade de ensino que não exclui nenhum sujeito com deficiência.

Pergunta 6: Quais são suas expectativas e percepções, sob a Educação Inclusiva?

Professor 1: “A Educação Inclusiva, hoje, é algo atípico, que acontece apenas nas falas das nossas autoridades, porém na prática, ou seja, em nossas salas de aula a realidade é outra.”

Professor 2: “A inclusão escolar está baseada nos marcos legais que a garantem por força da lei, porém os profissionais da educação precisam conhecer melhor para que ela se efetive.”

Professor 3: “A Educação Inclusiva só existe no papel. Na prática é diferente, os professores não tem uma preparação específica e ao invés do aluno se sentir integrado no ambiente escolar, acaba sendo discriminado.”

Professor 4: “Ela tem ocorrido de maneira muito lenta e o pior o governo não oferece condições específicos para que as escolas proporcionem um atendimento necessário com todos os profissionais adequados. Muita coisa não saiu do papel, o que tem dificultando muito a verdadeira inclusão.”

Professor 5: “Eu acho correto, mas nós professores não estamos preparados para lidar com os problemas dos alunos deficientes, tem que ter ajuda de um profissional capacitado dentro da sala.”

Com relação à sexta pergunta, buscou-se questionar os professores acerca de suas impressões e de suas expectativas para a Educação Inclusiva e, neste ponto, as respostas apresentadas pouco variaram.

Nota-se que os professores fizeram diversas considerações pertinentes para esta questão, sendo as mais frequentes expectativas, tais como: a oferta de uma educação de qualidade não somente para os deficientes, espaços escolares adaptados; qualificação humana e, sobretudo a maioria afirmou respeito à profissão e ao aluno deficiente.

Destacam-se ainda as críticas levantadas sobre a temática, em função de a realidade atual apresentar um quadro aparentemente incompatível com a efetivação da educação inclusiva. Aqui, aliás, as respostas apresentaram um ponto em comum, no sentido de que a inclusão educacional de alunos deficientes caminha a passos lentos, tendo em vista que nem todas as escolas se encontram padronizadas, ou seja, as estruturas físicas de algumas unidades escolares, bem como a capacitação qualificada de seus educadores não estão adequadas para receber alunos deficientes.

Pergunta 7: Quais as suas sugestões para melhoria da Educação Inclusiva?

Professor 1: “Penso que para melhorar o trabalho com, os deficientes, um dos fatores é se envolver com o processo, ou seja, amar o que se faz buscar informações, se orientar em busca de soluções, fazer a diferença.”

Professor 2: “A disponibilização de profissionais na área da saúde (psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e outros) vinculados à escola para agilizar o atendimento ao aluno com deficiência.”

Professor 3: “Psicólogos para atender as famílias e os alunos e orientar os educandos, rede física adequada (acessibilidade) melhor divulgação (esclarecimento às comunidades) com a mídia, palestras com educadores, escritores e pedagogos.”

Professor 4: “Além da habilitação, pessoas que realmente tenham vocação para este trabalho investimento social e governamental sério.”

Professor 5: “A tolerância, como um sentimento de aparentamento generoso. O respeito, como conceito que implica uma generalização, vinda da compreensão de que as diferenças são fixas definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta a respeitá-los. Cabendo a nós aceitarmos as deficiências, passivamente, pois nada poderá evoluir além do previsto no quadro geral das suas especificações estatísticas; os níveis de comprometimento, as categorias educacionais, os quocientes de inteligência, predisposições para o trabalho e outras tantas mais. Sendo acima de tudo o amor pela profissão que é a referência incondicional para o educador/educando que busca e igualdade de oportunidades, fazendo a diferença, e reconhecendo-a.”

A última pergunta procurou avaliar as sugestões dos professores para a melhoria do trabalho pedagógico com alunos deficientes.

Em uma primeira análise, destaca-se que os depoimentos dos professores, conforme as transcrições feitas, confirmam a realidade da educação contemporânea: falhas no âmbito da capacitação dos profissionais de ensino bem como falhas às metodologias aplicadas.

Os relatos dos professores comprovam que eles não estão preparados para a educação inclusiva, além de demonstrar que os métodos de ensino e de inclusão não se mostram adequados, o que acaba por acarretar uma insegurança por parte do educador e prejuízos quanto ao desempenho educacional dos alunos.

CONCLUSÃO

Diante de todo o quadro exposto, o estudo teve como objetivo analisar a questão do direito de educação para as pessoas com

deficiência, bem como fundamentar as expectativas e percepções dos professores da educação básica acerca da educação inclusiva.

Por meio da presente pesquisa percebemos que as escolas municipais de Teófilo Otoni possuem em seus quadros professores de apoio que atuam nas salas em que estudam alunos deficientes; entretanto, a maioria desses profissionais é formada por estagiários de cursos de licenciatura, não apresentando qualificação específica para o atendimento desses alunos.

Neste ponto, e no que diz respeito à formação continuada dos professores em exercício, formação essa caracterizada pelos cursos ou programas de capacitação para educação inclusiva. Apurou-se que a maior parte de seu financiamento é efetivada pelos próprios profissionais de forma parcial ou integral.

Ademais, foi constatado ainda algumas contradições das respostas apresentadas pelos professores entrevistados, evidenciando a precariedade de conhecimento por parte desses profissionais, notadamente no que concerne aos cursos de capacitação, visto que o percentual dos professores que alegaram possuir formação qualificada para atuar nessa área não coincidiu com o percentual desses mesmos professores, os quais alegaram financiar ou ter financiado cursos de capacitação.

De todo modo e com base nos aspectos que foram contemplados na pesquisa, pode-se dizer que as representações feitas pelos professores, contribuíram para afirmar que o processo de inclusão educacional está sendo constituído de forma árdua e lenta.

Nota-se que tanto a falta de qualificação adequada desses profissionais quanto o descaso por parte do poder público têm sido os principais obstáculos para a prática efetiva da educação inclusiva. Vale dizer, o Instituto da Educação Inclusiva possui toda uma sistemática normativa e pedagógica que na teoria mostra um alto potencial de sucesso, contudo, a sua prática acaba por ser prejudicada por esse “mascaramento”.

Certamente, apenas com esta pesquisa, não se pode generalizar a realidade da inclusão dos alunos deficientes no âmbito escolar, entretanto, é notório, que a realidade aponta para a dominância de um sistema educacional ainda precário.

Recomenda-se que novas pesquisas acerca do tema sejam feitas em outros municípios para fins de se compreender a realidade de nosso Estado em grau de instância maior.

Por fim, deve-se ressaltar que tal pesquisa demonstra que, além disso, estamos distantes de uma real inclusão educacional, e que embora almejada a igualdade material sustentada pela Constituição Federal de 1988, não conseguiu ser efetivada de forma plena. Portanto, buscar um novo significado para a escola na proposta inclusiva requer esforços de vários segmentos em várias direções.

Embora saibamos o quão difíceis são determinados contextos em que vivemos e as visões tradicionalistas nas quais acreditamos a respeito da educação, tal tarefa é possível. É possível porque temos, ao longo de nossa história, avançado cada vez mais em nossa questão de direito, e nesse sentido ela se aplica a qualquer indivíduo ou grupo de cidadãos que esteja vivendo processos excludentes, ou em risco de viverem.

Diante de todas essas questões colocadas, vale ressaltar que a Educação Inclusiva assim como acontece com a educação regular, merece o mesmo olhar e a mesma preocupação, necessita que seja, fundamentalmente, garantida a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças, as quais não devem ser motivo para separações e segregações.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues. Inclusão de alunos com deficiência nas representações sociais de suas professoras. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2007.
- ALBUQUERQUE, Márcia Christina Campos. Percepções, impressões e expectativas de professores frente ao desafio da inclusão: Um estudo no CEFET/RJ - Cuiabá-MT, 2009 46 p. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso / Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva. Trabalho de Conclusão Curso de Especialização em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva. Disponível em: http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201022495053767marcia_christina_albuquerque.pdf
- BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2005.
- BRASIL, Congresso Nacional, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília- Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, Decreto Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá Providências. Diário Oficial da União, 26 de Junho de 1990.
- _____, Decreto nº 3956 - de 2001, de 8 de outubro de 2001. Dispõe sobre a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.
- _____, MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No. 9394, de 20 de Dezembro de 1996.
- _____, MEC. Educação – Inclusiva Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental. No. 9394, de 20 de Dezembro de 1996.
- BRASÍLIA. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação. Brasília. MEC, 2008.
- BORGES. Maria Célia. A diversidade, a inclusão e as políticas educacionais. São Paulo: Person, 2010.
- BUENO, J. G. S. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M. A.; SILVA Jr., C. A. (Orgs.) Formação de educadores e avaliação educacional. São Paulo: UNESP, 1999.
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação Inclusiva: Componente da Formação de Educadores: Falta formação especializada para professores atenderem pessoas com deficiência. Instituto Benjamin Constant. 2008. Disponível em: <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=21054>; acesso em: 07/08/2011.
- CARVALHO, Eunice Nathália Soares de. (Org). Educação especial: deficiência mental. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Especial, 1997 (Série Atualidades Pedagógicas 3).
- CANTINI. Adriana Hartemink. Elaboração de Projetos de Pesquisa. 2011. Disponível em: www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/.../152.pdf - pdf -
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994
- CORNÉLIO, SILVA. Marli, Marivania Miranda. Inclusão Escolar: Realidade ou Utopia. São Paulo: LINS – SP, 2009
- FREIRE. Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KELLER. Sônia Graciete. Inclusão de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no Ensino Médio Regular do Colégio Municipal Pelotense. Pelotas 2010. Universidade Católica de Pelotas Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais Mestrado em Política Social. Disponível em: http://antares.ucpel.tche.br/ccjes/upload/File/Sonia_Keller/pdf,acesso
- KIRAKOWSKI, Jurek. Questionnaires in usability engineering; a list of frequently asked questions. Human Factors Research Group/ HFRG. Disponível em: <http://www.ucc.ie/hfrg/resources/qfaq1.html>. Acesso em: 15 abr. 2001.
- LEVIN, J. Estatística aplicada a ciências humanas. 2. Ed. São Paulo: Harbra, 1987.
- MAESTRI, PREDEBON. Simone, Simone. Educação Física no Ensino Fundamental: O Processo de inclusão do aluno com Autismo, Universidade Comunitária da Região de Chapecó 2010. 44 (f) Chapecó – SC,
- MAZZOTTA, Marcos J. S. (1996). Educação especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo (SP): Cortez, p.199.
- NEVES. Tânia Regina Levada. Movimentos Sociais, auto-Advocacia e educação para a cidadania de pessoas com deficiência mental. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2000.p.161

SECRETARIA DO ESTADO DO PARANÁ. Política de Educação Inclusiva para o Estado do Paraná. (documento preliminar). Agosto, 2000.

ROCHA. Halline Fialho. O atendimento educacional especializado no processo de inclusão: relato de uma experiência na sala de recursos. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Petrópolis 2009. 43p

SANTOS, Rosângela Pires dos. Educação Inclusiva. São Paulo: iEditora, 2001.

SANTOS. Antônia de Fátima de Souza. Educação Inclusiva: Desafio para Professores na Rede Regular de Ensino. Faculdade Gama e Souza. Rio de Janeiro. RJ. 2010

SASSAKI, Romeu Kazumi. Construindo uma sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: Ed W.V.A, 1997

SILVA. Alessandra Santos. Desvelando o sentido de deficiência mental a partir de diferentes abordagens teóricas e diferentes práticas educativas. Barbacena. 2006. Universidade Presidente Antônio Carlos- Departamento de pós graduação. Disponível em: <http://www.unipac.br/bb/teses/chdm20072-5.pdf>. acesso em 13/06/2011

SKILIAR, Carlos. (org). Educação e exclusão: Abordagens sócio-antropológicas em educação especial, Porto alegre, Mediação, 1998.

SOUZA, Izabel de Lourdes Gimenez. A formação do professor numa perspectiva lúdico-inclusiva: uma realidade possível? Presidente Prudente 2007. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/izabel_souza.pdf

PADILHA, Sandra Marisa Allebrandt. Pressupostos Epistemológicos na Educação do Deficiente Mental ao longo dos tempos 2005. Disponível em: www.ufsm.br/gpforma/1senafe/bibliocon/pressupostos.rtf Acesso em 12 de junho de 2011. Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del-Rei – Minas Gerais 2010.

PINTO, Valcira de Oliveira. O Corpo Em Movimento: um estudo sobre uma experiência corporal lúdica no cotidiano de uma escola pública de Belo Horizonte. <disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Disertacao8ValciraOliveiraPinto.pdf>>

WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. 2ed. Rio de Janeiro: WVA. 1997. p 53

TAVEIRA. Cristiane Correia. Representações Sociais de Professores Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência em Turmas Regulares. Rio de Janeiro. 2008. Dissertação apresentada à Universidade Estácio de Sá. Disponível em: http://www.estacio.br/mestrado/educacao/dissertacoes/Dissert_RSPE_cristiane_taveira.pdf. acesso em: 13 de junho de 2011.

ZANINI. Fernanda. Educação Inclusiva e o Papel do Professor Especialista. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru. 2007. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Fernanda%20-%20Final.pdf> acesso em: 07/08/2011 às 16:18.

*Recebido em setembro de 2012
Aprovado em outubro de 2012*

Igor Fernandes de Souza, pós-graduado em Gestão Educacional (CHAFIC/UNEC) é professor (pesquisador) e coordenador técnico pedagógico no Centro Universitário de Caratinga-UNEC/Campus Teófilo Otoni, i-gu@hotmail.com.

Marcilene Castellani Rocha Mathias especialista em Fisiologia do Exercício e Movimento e Aprendizagem Motora (UNEC) é professora (orientadora da pesquisa) no Centro Universitário de Caratinga-UNEC/Campus Teófilo Otoni marcilene-rocha@hotmail.com.